Revista USP

DOSSIÊ EDUCAÇÃO

Roberto Lobo
Isaias Raw
Denice Barbara Catani
Simon Schwartzman
Paulo Renato Souza
Fernando Henrique Cardoso
M. Rauen/Josmar Verillo
Sérgio Costa Ribeiro
Ana Teberosky
Beatriz Cardoso
José Mário Pires Azanha

HOMENAGEM OCTAVIO PAZ

Haroldo de Campos
Horácio Costa
Celso Lafer

LIVROS

PORTINARI/BONADEI — Nelson Aguilar
TEATRO — Mariangela A. de Lima
ANATOLE KOPP — Paulo Bruna
ANHANGABAÚ — Lúcio Gomes Machado

TEXTOS

MEIERHOLD — Jacó Guinsburg
DOSTOIÉVSKI — Julian Nazário
DESCARTES BARROCO — Roberto Romano
SEVERO SARDUY — A. Sánchez Robayna
BOCA DE OURO — Jean-Claude Bernardet
A VIDA DE CRISTO — Eduardo Leone
PLATÃO E POESIA — Francisco Achcar
MACHADO E ROMERO — Roberto Ventura
PRETO NO BRANCO — Jeanne Marie M. de Freitas

8

Dezembro
Janeiro
Fevereiro

1990
1991

Dezembro/Janeiro/Fevereiro 1990-91 Número 8

Revista USP

ÍNDICE

DOSSIÊ EDUCAÇÃO

HOMENAGEM OCTAVIO PAZ

TEXTOS

LIVROS

Ensino superior no Brasil: tradição e modernidade

Simon Schwartzman

UNIVERSIDADES DE ONTEM E DE HOJE

Um mito acompanha as universidades desde que elas surgiram na Europa medieval: elas encarnariam uma idéia, ou essência, que teria se mantido inalterada até os nossos dias. Não é fácil dizer que essência seria essa. Para uns, a essência estaria em seu próprio nome, que indicaria o cultivo do conhecimento universal, sem fronteiras geográficas nem disciplinares. Para outros, o básico seria o conhecimento teórico, explicativo e de valor universal, em contraste com o aplicado, prático e de valor comercial. Há os que só conseguem pensar em universidades como centros de pesquisa científica; para outros, seriam sobretudo núcleos de formação de elites intelectuais, culturais e morais.

Os estudos modernos sobre o ensino superior abandonaram as especulações infrutíferas sobre a "essência" da universidade, e passaram a examinar a questão desde um ponto de vista empírico, histórico e comparativo. Não é que as preocupações com a pesquisa, a universalidade do conhecimento, a formação intelectual e moral, e tantas outras, tenham desaparecido; mas a própria coexistência de objetivos tão diferentes mostrou que as instituições denominadas "universidades" tiveram, através do espaço e do tempo, objetivos e características totalmente distintos, e se acostumaram a conviver com grandes contradições entre o que proclamavam fazer e o que faziam na prática. Só o culto da tradição vincula uma grande universidade moderna, como Harvard nos Estados Unidos ou Cambridge na Inglaterra, com os antigos colégios de formação de clérigos de onde surgiram séculos atrás; como é pouco mais que a tradição que liga o complexo de institutos de pesquisa e departamentos da moderna Universidade de São Paulo com os anos mitológicos, ainda presentes na memória dos pioneiros, da Faculdade de Filosofia da Rua Maria Antônia.

Tradições são importantes por muitas razões, mas não bastam para entender o que ocorre com os sistemas de ensino superior nos dias de hoje, e menos ainda para dar continuidade aos próprios ideais que freqüentemente corporificam. Para ficar ainda em nosso exemplo, o ideal de desenvolver uma ciência competente e socialmente relevante é tão importante hoje, na Universidade de São Paulo, quanto em seus anos de consolidação nas décadas de 40 e 50; mas a Faculdade de Filosofia, que naqueles anos foi uma conquista importante e revolucionária, é hoje um resquício burocrático e totalmente inadequado a estes fins, como perceberam a tempo os institutos de ciências exatas e biológicas, que partiram para a criação e fortalecimento de suas próprias instituições.

O ensino superior brasileiro ainda obedece à legislação da Reforma de 1968, que buscou implantar no Brasil o ideal da universidade, da indissolubilidade da pesquisa, do ensino e da extensão. Ele persevera, ainda, no postulado da igualdade das competências e dos títulos: supõe-se que um diploma de médico, economista, ou engenheiro do Rio Grande do Sul ou da Paraíba é sempre equivalente, na forma e no conteúdo, a um outro outorgado em São Paulo ou em Minas Gerais. Ainda que nem todas as escolas superiores se denominem "universidades", todas dão os mesmos títulos, e todos seus formados são, igualmente, "doutores".

SIMON SCHWARTZMAN é diretor científico do Núcleo de Pesquisas de Ensino Superior (Nupes) e professor do Departamento de Ciência Política da FFLCH-USP. É autor de, entre outros, *Formação da comunidade científica no Brasil* (Companhia Editora Nacional) e *Tempos de Capanema* (Edusp/Paz e Terra).

Os dados, quando não há outra indicação, são originários do Serviço de Estatística da Educação e Cultura do Ministério da Educação, para 1988. Agradeço a colaboração de Rogério Carlos Gastaldo de Oliveira no seu processamento.

Tabela 1

EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO, 1960-1988.

Ano	Setor Público	Setor Privado
1960	51.915	41.285
1965	88.989	66.795
1970	210.913	214.865
1975	410.225	662.323
1980	492.232	885.054
1985	556.680	810.829
1988	585.351	918.209

Fonte: IUPERJ, Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior, Banco de Dados: Graduação.

Tabela 2

PERCENTAGEM DE ESTUDANTES NA FAIXA ETÁRIA MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA E SUPERIOR, DIVERSOS PAÍSES, 1987.

	A: educação média	B: educação superior	B/A
Brasil	39%	11%	28%
Chile	70%	18%	25%
México	53%	16%	30%
Polônia	80%	18%	22%
Argentina	74%	39%	52%
Coréia	88%	36%	41%
Espanha	102%	30%	30%
França	92%	31%	33%
EUA	98%	60%	61%

Fonte: extraído de Banco Mundial, " Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1990", tabela 29.

Tabela 3

DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS DE NÍVEL SUPERIOR, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E TIPO DE INSTITUIÇÃO (UNIVERSIDADES E OUTRAS). 1988.

Dependência administrativa:	Universidades	Total
Federais	96%	317.831
Estaduais	68%	190.736
Municipais	22%	76.784
Particulares	35%	918.209
Total	51%	1.503.560

A realidade é bem distinta, mas a tendência dominante tem sido a de atribuir as diferenças existentes a deficiências do subdesenvolvimento do país, a serem superadas no futuro. A noção de que os sistemas de ensino superior de massa tendem inevitavelmente à pluralidade de formas e funções, e que isto deveria repercutir de maneira explícita na legislação e nos formatos institucionais de nosso ensino, ainda não penetrou no Brasil de forma suficiente nem nos legisladores nem, muito menos, no público mais amplo, que tende a ver com suspeição qualquer forma de reconhecimento explícito de diferenciações reais.

O que aconteceu com o ensino superior brasileiro nos últimos trinta anos pode começar a ser visto com clareza na tabela 1. O sistema de ensino superior aumentou de tamanho nada menos de 14 vezes entre 1960 e 1982, em termos de alunos matriculados, indo de cerca de 100 mil para os atuais 1 milhão e 400 mil; e este aumento se deu, acima de tudo, pela expansão do setor privado.

O resultado desta expansão acelerada foi o afastamento cada vez maior do modelo único para o qual a legislação de 1968 julgava que o sistema deveria convergir. Este afastamento se deu em vários planos: pela grande expansão de estabelecimentos isolados, não-universitários; pela criação de novas carreiras, que passaram a absorver um número cada vez maior de pessoas; pela incorporação de novos contingentes populacionais, pessoas que antes não buscavam o ensino superior, e agora o fazem; pela implantação de um novo nível de ensino até então inexistente, da pós-graduação; e pelas grandes transformações por que passou o professorado de ensino superior nestes anos, antes formado por professores de tempo parcial, e hoje por uma profissão numerosa e altamente sindicalizada.

Estas transformações não ocorreram somente no Brasil, mas em todos os países do mundo dotados de classes médias significativas e de sistemas educacionais minimamente estruturados. Por toda parte famílias que mal tinham completado o curso secundário incentivavam seus filhos a buscar as universidades; por toda parte mulheres começaram a buscar modalidades de educação e carreiras profissionais que antes eram reservadas somente para os homens; por toda parte pessoas mais velhas começaram a voltar aos bancos escolares para melhorar suas qualificações, adquirir mais habilidades e melhorar suas condições de emprego; por toda parte os sistemas universitários deixaram a aparência de pequenos clubes

ou sociedades fechadas, e se transformaram em grandes e complexas organizações; por toda parte, finalmente, o ensino tradicional das ciências, letras e artes, dirigidos às elites, passou a conviver com modalidades novas de educação, voltadas para objetivos de curto prazo, e baseadas em conteúdos experimentais e ainda pouco consolidados.

As Peculiaridades Da Evolução Brasileira

Em termos comparativos, a percentagem de pessoas entre 20 e 24 anos que estudam nas universidades brasileiras é bastante baixa, tanto em relação aos países mais desenvolvidos quanto inclusive em relação ao resto da América Latina. A principal razão disto são as dimensões reduzidas do sistema de educação secundária, que deixa de fora a grande maioria da população em idade escolar. Para os que chegam a se formar, no entanto, as possibilidades de acesso ao ensino superior são bastante razoáveis, sendo comparáveis às da Espanha e França, e superiores às do Chile e Polônia (tabela 2).

A principal peculiaridade da evolução da educação superior brasileira foi que ela se deu, principalmente, pela ampliação do setor privado, que hoje já inclui a maioria das matrículas existentes, e pela criação de instituições não-universitárias (tabelas 1 e 3).

O Brasil não é único neste aspecto. A maioria dos países europeus possui sistemas educacionais quase que 100% públicos, mas os Estados Unidos, o Japão, e vários países latino-americanos, como a Colômbia e o Chile, têm setores privados bastante amplos. Em muitos países, o ensino privado se desenvolveu como uma alternativa educacional de grupos minoritários, em geral religiosos ou de elite, que não aceitavam o tipo

Tabela 4

PRINCIPAIS CARREIRAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO (COM MAIS DE DUAS MIL MATRÍCULAS EM 1988) PELA ÉPOCA DE FUNDAÇÃO:

Carreiras tradicionais (até 1970 exclusive):

farmácia, medicina, odontologia, música, filosofia, direito, medicina veterinária, biblioteconomia, ciências sociais, engenharia, ciências econômicas, agronomia, serviço social, física, química, geografia, história, química industrial, geologia, letras, matemática, economia doméstica, enfermagem e obstetrícia, comunicação social

Carreiras modernas (entre 1970 a 1975 exclusive):

arquitetura e urbanismo, pedagogia, ciências biológicas, educação física, ciências contábeis, psicologia, administração, educação artística, estudos sociais, nutrição, magistério de ciências, estatística

Cursos recentes (1975 e após):

engenharia florestal, comunicação visual, artes práticas (licenciatura de 1º grau em artes industriais, educação para o lar, técnicas agrícolas e comerciais), turismo, desenho industrial, zootecnia, formação de professores do currículo especial do 2º grau, terapia ocupacional, construção civil, fisioterapia, fonoaudiologia, secretário executivo, processamento de dados, ciências da computação

de educação proporcionado pelo sistema público. Mais recentemente, no entanto, o ensino privado se expandiu para atender à demanda crescente por educação de setores socialmente ascendentes, nos países em que o sistema público não acompanhou esta demanda.

Uma outra característica da expansão brasileira foi que ela veio acompanhada de um amplo conjunto de novas carreiras, principalmente nas áreas sociais e em novas áreas profissionalizantes.

As tabelas 4 a 6 mostram uma evolução bastante significativa. As carreiras criadas até 1970, listadas na tabela 4 por ordem de antigüidade[1], são as mais procuradas, têm uma proporção relativamente menor de mulheres matriculadas, e um número relativamente

1 Foi calculada a média dos anos de fundação de cada curso, e foram retiradas da listagem as carreiras com menos de dois mil alunos matriculados em 1988.
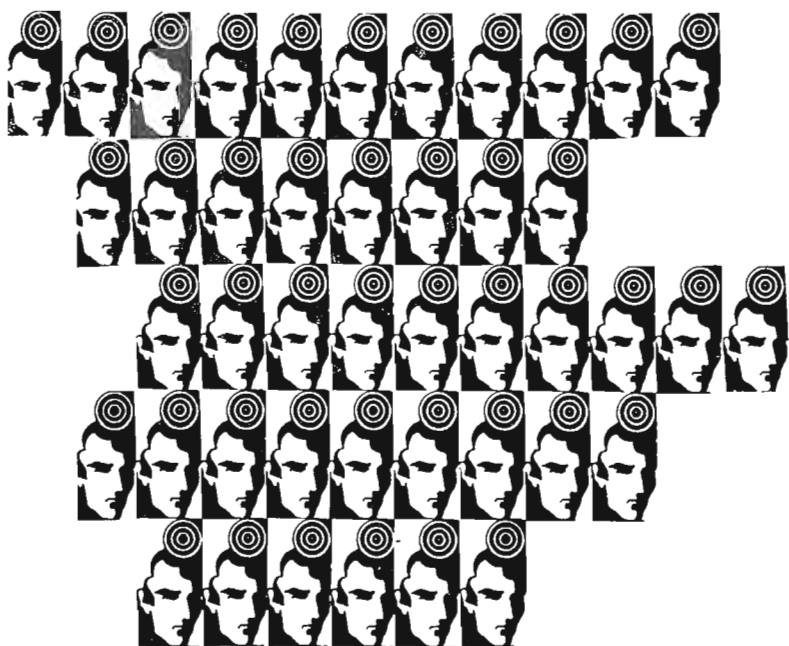
Tabela 5

CARACTERÍSTICAS DAS CARREIRAS TRADICIONAIS, MODERNAS E RECENTES.

	Carreiras tradicionais	Carreiras modernas	Carreiras recentes
Número de matrículas	840.600	594.593	84.099
Ano médio de início de funcionamento	1960	1970-72	1977-78
% média de matrículas noturnas	44%	66%	48%
% média de mulheres ingressantes	47%	58%	50%

Tabela 6

CARREIRAS POR ÁREAS DE CONHECIMENTO

	Tradicionais	Modernas	Recentes	Total
C. Exatas	36.9%	43.8%	19.3%	605
C. Biológicas	—	100.0%	—	76
Engenharias	75.9%	6.4%	17.6%	187
C. da Saúde	57.1%	26.9%	7.5%	513
Agrárias	55.1%	7.5%	37.4%	147
Soc.Aplicadas	46.6%	43.1%	10.3%	1.170
C. Humanas	40.3%	56.1%	3.6%	1.077
Letras e Artes	79.0%	19.4%	1.5%	520
Ciclo Básico	—	100.0%	—	5
Total	2129	1716	455	4.300

baixo de matrículas noturnas. As carreiras fundadas entre 1970 e 1975 são as do período da grande expansão, e se caracterizam principalmente pela grande presença de estudantes do sexo feminino e pelo predomínio de cursos noturnos. As carreiras do período pós-1975 revertem em parte ao padrão anterior, mas sem recuperá-lo totalmente: são proporcionalmente mais procuradas, em termos de candidatos por vagas, são mais masculinas, e têm uma proporção relativamente menor de cursos noturnos; mas são as que têm, também, poucas matrículas, dispersas em um grande número de habilitações.

A entrada das mulheres no ensino superior brasileiro é uma das características mais marcantes do segundo período, e corresponde a um fenômeno mais amplo de aumento da participação feminina na força de trabalho em todo o país. No entanto, é possível observar que, enquanto a percentagem de mulheres na população economicamente ativa do Brasil chegava somente a 27,2% em 1980, a proporção de matrículas femininas no ensino superior já alcançava os 50%, o que sugere que uma parte significativa da educação feminina não conduz à profissionalização posterior(2). A percentagem de mulheres ingressantes nos cursos superiores pode ser tomada, assim, como um indicador negativo do nível de profissionalização das diferentes carreiras.

A matrícula noturna revela uma outra dimensão do ocorrido, que foi a entrada, no ensino superior, de pessoas mais velhas, já trabalhando, e sem condições de se dedicar ao estudo em tempo integral. É possível supor também que estas pessoas, que não tiveram a oportunidade de entrar nas universidades logo após o término do curso secundário, tenham uma origem social menos privilegiada do que as dos cursos tradicionais.

Outras características do processo de diferenciação podem ser vistas na tabela 7. Primeiro, as diferenças regionais: as carreiras modernas se desenvolveram principalmente nas regiões do Sudeste e Sul do país, enquanto que nas demais regiões predominam ainda as carreiras mais tradicionais. A expansão destas novas carreiras se deu sobretudo através de instituições privadas, indicando um certo saturamento do setor público federal e estadual (o setor municipal também se expandiu, mas a partir de uma base pequena). Finalmente, ela levou à criação de instituições não-universitárias, que ocorrem tipicamente no setor privado.

O exame conjunto desses dados mostra que o desenvolvimento social e econômico

Tabela 7

CARACTERÍSTICAS GERAIS DE 4.300 CARREIRAS DE NÍVEL SUPERIOR.

	Tradicionais	Modernas	Contemporâneas	Total Cursos
Região				
Norte	52.2%	33.6%	14.2%	134
Nordeste	54.8%	35.2%	10.1%	714
Sudeste	47.7%	40.9%	11.4%	2.237
Sul	48.0%	42.4%	9.6%	908
Centro-Oeste	53.4%	39.4%	7.2%	307
Total	49.5%	39.9%	53.4%	4.300
Dependência Administrativa				
Federal	60.0%	29.2%	10.8%	1.060
Estadual	53.3%	35.8%	48.7%	600
Municipal	46.5%	48.7%	4.8%	273
Privada	43.9%	44.8%	11.3%	2.151
sem inf.	47.2%	44.0%	8.8%	216
Total	49.5%	39.9%	10.6%	4.300
Natureza do Estabelecimento				
Universidade	56.6%	32.1%	11.3%	2.097
Não-universidade	42.8%	47.3%	9.9%	2.203
Total	49.5%	39.9%	10.6%	4.300

ocorrido no Brasil nas últimas décadas não levou a uma aproximação progressiva de seu ensino superior da universidade idealizada pela Reforma de 1968; mas tampouco a um processo de profissionalização estreita, como o que caracteriza a grande maioria das carreiras criadas depois de 1975. O que existe hoje é um sistema muito diferenciado, que ainda reserva o lugar de honra para as profissões tradicionais, abre espaço para novos públicos, e começa timidamente a responder a demandas de curto prazo do mercado de trabalho; e que se diversifica também em uma grande variedade de formatos institucionais e organizacionais. Estas características do ensino superior brasileiro são coerentes com o Brasil como um todo, uma sociedade profundamente diferenciada e desigual geográfica, social, econômica e culturalmente.

As tentativas de encobrir a desigualdade real pela igualdade formal, que é de nossa tradição, acabam por aumentar ainda mais a desigualdade. Na educação básica, antes as pessoas obtinham seu primeiro título depois de quatro anos de escola; hoje elas fracassam se abandonam os estudos depois de seis. Antes bastava que uma escola superior ensinasse bem para que fosse bem vista e prestigiada; hoje, se não tiver pesquisas com publicações no exterior, corre o risco de ficar mal vista e não receber verbas. Dadas as dificuldades de nivelar por cima, surgem as propostas de igualar por baixo: o Brasil, nesta visão, seria pobre demais para ter universidades com pesquisadores bem pagos e alunos com bolsas de estudo; o dinheiro da educação superior deveria ir para a educação básica, o de São Paulo para o Nordeste, e assim por diante.

Existe uma outra maneira de enfrentar essa questão, que é a de tratar de desenvolver e melhorar o sistema de educação superior em todos os seus níveis, cada qual dentro de suas especificidades, e sem tratar de vesti-los com a mesma camisa-de-força. Deve haver lugar, no ensino superior brasileiro, para a pesquisa, o ensino profissional clássico, os cursos noturnos e as profissões técnicas; para o jovem recém-saído da escola secundária, a mulher que terminou de criar seus filhos, o professor de segundo grau, o empregado que estuda à noite e o candidato a trabalhar em um hotel. Mantidas as devidas proporções, o ensino superior brasileiro não pode pretender se aproximar do modelo das sociedades homogêneas como as européias, e sim do das sociedades heterogêneas e diversificadas, como são os Estados Unidos.

2 Para uma análise da participação feminina na força de trabalho brasileira, cf. "Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações", Vilmar Faria, in *A transição incompleta*, E. Bacha e H. Klein. São Paulo, Paz e Terra, 1986, vol. 1, p. 94.

Fachada da antiga Faculdade de Filosofia da USP, na rua Maria Antônia

A tragédia é que, quando se tratou de copiar o modelo americano ao final dos anos 60, os reformadores só tiveram olhos para o topo do *iceberg*, as famosas universidades de pesquisa, e não perceberam os milhares de "*community colleges*" que formam a base da pirâmide. Sistemas diversificados correm o risco de cristalizar desigualdades, principalmente se os diferentes segmentos forem isolados de forma estanque, sem possibilidades de passagem de um a outro. Isso, no entanto, não tem que ser assim; é possível abrir canais de comunicação e acesso entre as diversas partes, dar chances efetivas a quem queira e tenha condições de passar de um a outro setor, e permitir que cada qual cresça a partir dos recursos que tem, dando o melhor de si. Esse caminho, que ainda não trilhamos, parece ser o da verdadeira modernidade para a universidade brasileira, assim talvez ela possa, ao mesmo tempo, manter os ideais e exorcizar os mitos do passado.